

Ex-assessor de ACM pode ter sigilo quebrado

*Ministério Público
Federal vai encaminhar
pedido de abertura de
contas de Gallerani*

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – O Ministério Público Federal pretende solicitar à Justiça Federal a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal do ex-representante do governo da Bahia na capital federal, Rubens Gallerani, afastado por suspeita de enriquecimento ilícito e tráfico de influência. O MPF também vai solicitar ao Senado as cópias de contratos de compra de bens para tentar encontrar um elo entre Gallerani e as aquisições. O ex-representante do governo baiano em Brasília é amigo do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Uma junta de quatro procuradores vai cuidar do inquérito criminal que será aberto para investigar a vida de Gallerani. Segundo os procuradores, todas as ações confluem para a quebra de sigilo generalizado de Gallerani. Além de permitir um levantamento minucioso do enriquecimento do ex-representante do governo da Bahia enquanto trabalhou para o governo, a quebra de sigilo, segundo os procuradores, permitirá levantar detalhadamente quem eram as pessoas com as quais o ex-representante baiano mais se relacionava no Senado.

Para os procuradores, a suspeita que ACM levantou sobre o enriquecimento rápido de Gallerani justifica ainda mais o aprofundamento das investigações. O senador, companheiro de caminhada matinal de Gallerani, em entrevista coleti-

va anteontem, afirmou que “desconfiava” da vida que o amigo vinha levando e o questionou várias vezes sobre isto, sem no entanto obter uma resposta clara.

O Ministério Público vai solicitar à Polícia Federal a abertura de inquérito policial. Deverá ser feito um rastreamento das movimentações bancárias de Gallerani para o exterior. Também deverá ser feito um levantamento pormenorizado do número de bens que o ex-representante do governo da Bahia comprou durante o período que serviu ao governo.

Procedimento – Antes mesmo das denúncias de enriquecimento ilícito e de tráfico de influência de Gallerani, o Ministério Público Federal já vinha investigando contratos fechados entre o Senado e a empresa paulista Aceco, que vende materiais de segurança. O procedimento administrativo foi instaurado pela procuradora Eliana Torelly depois que uma empresa do Distrito Federal, a M.G. Máquinas e Sistemas de Arqui-

vos, questionou uma compra do Senado, que adquiriu uma sala-cofre da Aceco, por R\$ 4,5 milhões, sem concorrência.

A procuradora, que até então investigava apenas uma compra, de forma isolada, quando viu a denúncia de suposto tráfico de influência decidiu logo ampliar as investigações. Eliana vai pedir ao Senado toda a lista de compras que envolvam a empresa Aceco. O Ministério Público vai solicitar também documentação de outras empresas que sejam eventuais fornecedores deste tipo de material, para comparar com o preço pago pelo Senado.

POLÍCIA
FEDERAL
DEVE ABRIR
INQUÉRITO